



## **O que está sendo feito?**

### **1. Filas e cadastro para recebimento de auxílio emergencial são tema de reunião**



Integrantes do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac-Covid-19) participaram nesta terça-feira (5) de reunião para discutir as filas que vêm se formando nas agências da Caixa Econômica Federal em razão do pagamento da primeira parcela do auxílio emergencial criado pelo governo para mitigar os efeitos econômicos da pandemia de covid-

19. Além dos coordenadores do Giac, a videoconferência contou com a presença de representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Caixa Econômica Federal e de entidades representativas dos bancários e dos bancos.

Uma das preocupações do Giac é com a segurança das pessoas nas filas, já que está havendo aglomeração em muitos locais, o que facilita a transmissão do novo coronavírus. Outro ponto crítico diz respeito ao cadastro das pessoas mais vulneráveis ou que não têm acesso à internet. O decreto de criação do benefício exige que o cadastro seja feito somente pelo aplicativo ou via internet, o que exclui justamente quem mais precisa do auxílio. No encontro, foram discutidas possíveis soluções para o problema, incluindo a necessidade de flexibilizar as exigências do decreto. [Leia mais.](#)



## 2. Giac e 5CCR remetem dados e sugerem procedimento para acompanhar destinações de recursos federais para enfrentamento da covid-19

Em ofício enviado aos membros do MPF nessa segunda-feira (4), o Giac-Covid-19 e a Câmara de Combate à Corrupção (5CCR) encaminharam as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil sobre os valores repassados pelo Governo Federal aos estados, DF e municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia de covid-19. Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de [painel específico](#) com todas as informações orçamentárias e financeiras das rubricas ligadas ao combate a covid-19. Já a Casa Civil enviou dados referentes às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros a estados, DF e municípios, que serão atualizados periodicamente. O Giac e a 5CCR sugerem aos procuradores da República que, com base nas informações e no âmbito das respectivas atribuições, instaurem procedimentos para acompanhar a destinação dos recursos.

## 3. Liminar determina que somente atividades essenciais podem funcionar em Rondônia

Uma liminar da Justiça Federal atendeu ao pedido do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT) e determinou que apenas atividades essenciais podem funcionar em Rondônia. A Justiça suspendeu a aplicação de dois artigos do decreto estadual que delegava aos prefeitos a decisão sobre o funcionamento de estabelecimentos educacionais e de atividades não essenciais (cinemas, bares, clubes, academias, casas de show, boates, shopping center etc) a partir desta segunda-feira (4). O governo de Rondônia está proibido de autorizar o funcionamento de atividades não essenciais e de instituições de ensino, sem a prévia publicação de razões técnico-científicas que justifiquem as medidas, incluindo previsão dos impactos sobre o sistema de saúde estadual e seus profissionais. [Leia mais.](#)



## 4. MPT emite recomendação para proteger funcionários dos cemitérios em Manaus

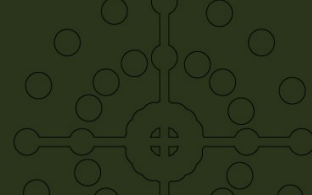
O MPT no Amazonas expediu recomendação ao Município de Manaus para adoção de protocolos legais e normativos de proteção da vida, da saúde e da segurança dos profissionais (servidores ou terceirizados) alocados nos dez cemitérios de Manaus (zona urbana e rural), tendo em vista as orientações do Ministério da Saúde no manejo de corpos no contexto da covid-19. A recomendação foi expedida depois de denúncias veiculadas pela imprensa local e nacional, mostrando pessoas trabalhando nos cemitérios sem equipamentos de segurança e proteção adequados. O documento elenca as diretrizes para o Município de Manaus adotar, no prazo de três dias, podendo seu cumprimento ser fiscalizado, a qualquer momento, pelo próprio MPT ou por outros órgãos de inspeção do trabalho. [Leia mais.](#)

## 5. TRF-5 mantém liminar que garante entrega de respiradores no Ceará

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) negou recurso da União contra a liminar obtida pelo MPF e pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MP/CE) determinando a entrega de respiradores comprados pelo estado do Ceará e pelo município de Fortaleza. Com isso, está mantida a decisão de primeira instância da Justiça Federal (JF) que liberou 94 equipamentos que haviam sido requisitados pelo Ministério da Saúde à empresa Intermed Equipamento Médico Hospitalar. [Leia mais.](#)

## 6. Supremo suspende expulsão de diplomatas venezuelanos

Em decisão liminar, o ministro do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso suspendeu, por dez dias, a expulsão de 34 diplomatas venezuelanos que deveriam deixar o Brasil no dia 2. A decisão segue entendimento expresso em recomendação assinada pelo procurador-geral da República e coordenador-geral do Giac-Covid-19, Augusto Aras. No dia 1º de maio, Aras



**BOLETIM**

recomendou ao Ministério das Relações Exteriores que avaliasse a possibilidade de cancelar o cumprimento da ordem de retirada imediata do corpo diplomático venezuelano do Brasil, considerando a situação dos serviços de saúde na Venezuela em decorrência da pandemia de covid-19 e aspectos previstos em tratados e convenções internacionais. [Leia mais.](#)